

"Capital do Cimento"

ESTADO DE SÃO PAULO

Autógrafo nº 019/09

Projeto de Lei nº 021/09

Altera a	redação	das	leis	n°	1792,	е	1793,	de	18	de	março	de	2005	е	dá	outras
providên	cias.															

Lei nº.....dede 2009.

CARLOS AUGUSTO PIVETTA, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE VOTORANTIM, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVA E ELE, SANCIONA E PROMULGA A SEGUINTE LEI:

Art. 1.º - Fica alterada a Lei nº 1792, de 18 de março de 2005, conforme redação abaixo:

"Art. 13. (...)

XV. Secretaria de Segurança Comunitária, Trânsito e Transporte - SESEC.

(...)

Art. 21. (...)

XVII. Promover as atividades relacionadas com contratação mediante licitação, dispensa ou inexigibilidade desta, exceto as contratações e aquisições com dispensa de licitação prevista nos incisos I e II, do art. 24 da Lei n°8.666/93;

XVIII. Promover e coordenar a padronização de todo o material ou serviço utilizado pela Prefeitura;

XIX. Realizar exames médicos admissionais e periódicos dos servidores municipais, inclusive perícias para fim de licença médica e outras que necessitem de avaliação médica, bem como as atividades inerentes à medicina do trabalho.

Art. 22. (...)

III. (...)

- a) Seção de Controle;
- b) Comissão Permanente de Modernização da Gestão (órgão de deliberação Coletiva).
 - IV. Departamento de Licitações e Contratos, ao qual se subordinam:
 - a) Serviço de Licitação;



"Capital do Cimento"

ESTADO DE SÃO PAULO

- b) Serviço de Controle de Contratos e Convênios;
- c) Comissão Permanente de Licitação.
- V. Departamento de Informação, ao qual se subordina o Serviço de Informática.
- VI. Departamento de Medicina do Trabalho;
- VII. Departamento de Compras, ao qual se subordinam:
 - a) Seção de Compras;
 - **b)** Comissão Permanente de Análise de Cadastro e Fornecedores (órgão de deliberação coletiva).

(...)

SEÇÃO VII-A

DA SECRETARIA DE SEGURANÇA COMUNITÁRIA, TRÂNSITO e TRANSPORTE

- **Art. 27-A.** Compete a Secretaria de Segurança Comunitária, Trânsito e Transporte:
 - I. realizar estudos e executar planos para aprimoramento e implantação do sistema viário do Município;
 - **II.** analisar e aprovar projetos de obras, implantação de empreendimentos, parcelamentos de solo, etc, que envolvam abertura ou fechamento de vias públicas ou que afetem significativamente o sistema viário e de tráfego no Município, autorizando a sua realização;
 - **III.** realizar estudos e executar planos para aprimoramento e implantação do sistema viário do Município;
 - IV.coordenar, controlar e manter em funcionamento o sistema de transporte público municipal, incluídos o transporte coletivo, táxi, escolar, entre outras modalidades, através de execução direta, concessão permissão ou terceirização;

V. elaborar estudos e planejamento de projetos e custos de serviços e obras de engenharia, além de outros relacionados a serviços municipais de sua competência;



"Capital do Cimento"

ESTADO DE SÃO PAULO

VI.promover o planejamento, assessoramento e execução de serviços, atividades e programas relativos ao sistema viário, trânsito e transporte no âmbito de Município;

VII.cumprir e fazer cumprir a legislação de trânsito contida no Código de Trânsito Brasileiro – CTB, legislação e regulamentação complementares, no âmbito da circunscrição do Município;

VIII. promover os serviços de engenharia de tráfego, operação e fiscalização de trânsito, estatística de acidentes de trânsito, sinalização de trânsito, transportes públicos e sua fiscalização, processamento e arrecadação de multas de trânsito, tudo no âmbito da circunscrição e competência do Município;

IX.exercer o controle e a fiscalização dos serviços de sua competência, concedidos, permitidos ou terceirizados pelo Município;

X. prestar assessoria e auxiliar na elaboração e execução da política urbana do Município;

XI.promover a elaboração e atualização periódica do plano municipal de segurança comunitária, assegurando a participação popular, coordenando a sua implementação e realizando sua execução no que lhe couber, mediante o aparelhamento do município com instrumentos de apoio as ações dos órgãos e entidades federais e estaduais de segurança pública;

XII. planejar e coordenar as ações relacionadas com a defesa civil no âmbito municipal;

XIII. desempenhar as atribuições decorrentes das competências estabelecidas na Lei Federal n°9.503, de 23 de setembro de 1997 e nas Resoluções do CONTRAN, no âmbito da Circunscrição do Município de Votorantim.

Parágrafo único - Caberá ao titular da Secretaria de Segurança Comunitária, Trânsito, Transporte-SESEC, atuar como Autoridade Municipal de Trânsito no âmbito da Circunscrição do Município de Votorantim.

Art. 28-A. A Secretaria de Segurança Comunitária, Trânsito, Transporte-SESEC, além do Gabinete do Secretário, terá a ele subordinada, a seguinte estrutura:

I. Departamento de Transportes e Trânsito, ao qual se subordinam:

- a) Servico de Trânsito:
- b) Seção de Transporte;
- c) Seção de Processamento e Arrecadação de Multas.

II. Departamento de Segurança Comunitária;



"Capital do Cimento"

ESTADO DE SÃO PAULO

III.Conselho Municipal de Transportes Públicos (órgão de deliberação coletiva);

IV.Comissão Municipal de Defesa Civil (órgão de deliberação coletiva).

Parágrafo único - As Juntas Administrativas de Recursos de Infrações – Jari (órgão de deliberação coletiva), de que trata o art. 2°, da Lei n° 1514, de 19 de outubro de 2000, passam a integrar a estrutura administrativa da Secretaria de Segurança Comunitária, Transporte e Trânsito, a ela se subordinando;

(...)"

Art. 2° - Fica revogado a alínea "b", do inciso I, do art. 22; o inciso VII do art. 23; incisos II e IV do art. 24; incisos IX, XII, XIII, XIV, do art. 27; inciso IV do art. 28; inciso XXX, do art. 35; inciso II, do art. 36, da Lei n° 1792, de 18 de março de 2005.

Art. 3º - O Anexo "2" da Lei nº 1793, de 18 de março de 2005, passa a vigorar com as seguintes alterações:

I. Ficam criados os seguintes cargos, conforme abaixo:

QUANT.	DENOMINAÇÃO		REF.	REQUISITOS
01	CHEFE DE SEÇÃO	DE	IV	Nível Médio completo, preferencialmente
	CONTROLE – SEA			Curso Superior Completo
01	CHEFE DE SERVIÇO	DE	V	Nível Médio completo, preferencialmente
	CONTROLE	DE		Curso Superior Completo
	CONTRATOS	Ε		
	CONVÊNIOS – SEA			
01	CHEFE DE SERVIÇO	DE	V	Nível Médio completo, preferencialmente
	LICITAÇÃO – SEA			Curso Superior Completo
01	DIRETOR	DE	VI	Curso Superior completo (graduação)
	DEPARTAMENTO	DE		
	INFORMAÇÃO			
01	DIRETOR	DE	VI	Curso Superior completo (graduação)
	DEPARTAMENTO	DE		
	LICITAÇÕES E			
	CONTRATOS			
01	DIRETOR	DE	VI	Curso Superior Completo (graduação)
	DEPARTAMENTO	DE		
	SEGURANÇA			
	COMUNITÁRIA – SESEC)		
01	SECRETÁRIO	DE		Nível Médio completo, preferencialmente
	SEGURANÇA		VII	com Curso Superior completo
	COMUNITÁRIA, TRÂNS			
	E TRANSPORTE – SESE	EC		



"Capital do Cimento"

ESTADO DE SÃO PAULO

II.Fica extinto o seguinte cargo, conforme abaixo:

QUANT	DENOMINAÇÃO	REF.	REQUISITOS
01	CHEFE DE SERVIÇO DE SEGURANÇA DO TRABALHO – SEA		Curso Superior completo (graduação) em engenharia, com especialização em segurança do trabalho e competente registro profissional.

III.Ficam alteradas as denominações dos seguintes cargos, mantendo-se as suas respectivas quantidades, referências e requisitos de preenchimento, conforme abaixo:

DE	PARA			
CHEFE DE SEÇÃO DE PROCESSAMENTO E	CHEFE DE SEÇÂO DE			
ARRECADAÇÃO DE MULTAS – SOURB	PROCESSAMENTO E ARRECADAÇÃO			
	DE MULTAS – SESEC			
CHEFE DE SEÇÃO DE TRANSPORTES -	CHEFE DE SEÇÃO DE TRANSPORTES			
SOURB	- SESEC			
CHEFE DE SERVIÇO DE TRÂNSITO -	CHEFE DE SERVIÇO DE TRÂNSITO -			
SOURB	SESEC			
CHEFE DE SEÇÃO DE COMPRAS – SEF	CHEFE DE SEÇÃO DE COMPRAS —			
	SEA			
	DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE			
COMPRAS E LICITAÇÕES – SEF	COMPRAS – SEA			
	DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE			
	MEDICINA DO TRABALHO – SEA			
PÚBLICO – SESA				
DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE				
TRANSPORTES E TRÂNSITO – SOURB	TRANSPORTES E TRÂNSITO – SESEC			

IV.Ficam alterados os requisitos para preenchimento dos seguintes cargos, mantidas as suas respectivas denominações, quantidades e referências, conforme abaixo:

DENOMINAÇÃO	REQUISITOS
DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE	Curso Superior completo (graduação)
PLANEJAMENTO E GESTÃO – SEA	
DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE	Curso Superior completo (graduação)
RECURSOS HUMANOS – SEA	

Art. 4.º - As despesas decorrentes desta lei serão atendidas com os recursos das dotações consignadas no orçamento em vigor, ficando o Executivo, para o



"Capital do Cimento" ESTADO DE SÃO PAULO

corrente exercício, autorizado a proceder à abertura dos seguintes créditos adicionais especiais, sob a fiscalização do Poder Legislativo:

Órgão	Unidade Orçamentária	Unidade Executora	Código da Despesa	Especificação
02 Prefeitura	02.19 Secretaria de Segurança Comunitária,	02.19.01 Departamento de Trânsito/Fundo	4.4.90.52	Aquisição de material Permanente
	Trânsito e Transporte	Municipal de Trânsito	3.1.90.09	Salário Família
			3.3.90.11	Vencimento e Vantagens Fixas – Pessoal Civil
			3.1.90.13	Obrigações Patronais
			3.1.90.16	Outras despesas Variáveis – Pessoal Civil
			3.1.91.13	Obrigações Patronais-Intra Orçamentária
			3.3.90.30	Material de Consumo
			3.3.90.32	Material de Distribuição Gratuita
			3.3.90.35	Serviços de Consultoria
			3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros – P. Física
			3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros – P. Jurídica
			3.3.90.46	Auxílio Alimentação
			3.3.91.39	Outros Serviços de Terceiros P.



"Capital do Cimento" ESTADO DE SÃO PAULO

				Jurídica – Intra Orçamentário
02 Prefeitura	02.19 Secretaria de Segurança Comunitária, Trânsito e Transporte	02.19.02 Departamento de Segurança Comunitária	4.4.90.52	Aquisição de material Permanente
		Comunitaria	3.1.90.09	Salário Família
			3.3.90.11	Vencimento e Vantagens Fixas – Pessoal Civil
			3.1.90.13	Obrigações Patronais
			3.1.90.16	Outras despesas Variáveis – Pessoal Civil
			3.1.91.13	Obrigações Patronais-Intra Orçamentária
			3.3.90.30	Material de Consumo
			3.3.90.32	Material de Distribuição Gratuita
			3.3.90.35	Serviços de Consultoria
			3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros – P. Física
			3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros – P. Jurídica
			3.3.90.46	Auxílio Alimentação
			3.3.91.39	Outros Serviços de Terceiros P. Jurídica – Intra Orçamentário



"Capital do Cimento"

ESTADO DE SÃO PAULO

Parágrafo único - Os recursos necessários à abertura do crédito adicional especial de que trata o "caput" serão fornecidos pela anulação parcial das seguintes rubricas orçamentárias abaixo, observando-se em relação a esses créditos o que dispõe a lei municipal nº 1977, de 1º de julho de 2008 (Lei de Diretrizes Orçamentárias):

Secretaria de Obras e Urbanismo

Obras e Instalações 02.08.01.154510008.1.004.4.4.90.51.532 Equipamentos e Material Permanente 02.08.03.154520008.1.001.4.4.90.52.630 Salário Família 02.08.03.154520008.2.009.3.1.90.09.637 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil 02.08.03.154520008.2.009.3.1.90.11.639 Obrigações Patronais 02.08.03.154520008.2.009.3.1.90.13.664 Outras Despesas variáveis - Pessoal Civil 02.08.03.154520008.2.009.3.1.90.16.666 Obrigações Patronais 02.08.03.154520008.2.009.3.1.91.13.667 Material de Consumo 02.08.03.154520008.2.009.3.3.90.30.671 Material de distribuição Gratuita 02.08.03.154520008.2.009.3.3.90.32.679 Serviços de Consultoria 02.08.03.154520008.2.009.3.3.90.35.680 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física 02.08.03.154520008.2.009.3.3.90.36.681 Outros Servicos de Terceiros – Pessoa Jurídica 02.08.03.154520008.2.009.3.3.90.39.687 Auxílio Alimentação 02.08.03.154520008.2.009.3.3.90.46.701 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica 02.08.03.154520008.2.009.3.3.91.39.703

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Votorantim, 16 de junho de 2009.

Pedro Nunes Filho PRESIDENTE



"Capital do Cimento" ESTADO DE SÃO PAULO

Antonio dos Santos 1º SECRETÁRIO Marcos Antonio Alves 2º SECRETÁRIO